



# DIREITO TRIBUTÁRIO

 **Estratégia**  
OAB

# SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

#### ENUNCIADO DA PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 1º de janeiro de 2023, a União publicou lei ordinária instituindo Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre as receitas decorrentes de exportações de grão de café. As alíquotas da CIDE-Café são diferenciadas conforme o Estado em que o contribuinte do tributo for domiciliado. De acordo com a nova lei, a contribuição servirá como instrumento de atuação na área da educação, e os recursos arrecadados destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental em todo o território nacional, passando a vigorar na data da publicação da norma instituidora. A pessoa jurídica Copcafé., exportadora dos grãos do café, inconformada com a nova cobrança, não realiza o pagamento do tributo na data de seu vencimento e por isso, tem seus débitos inscritos em dívida ativa. Ato contínuo, toda a produção tem permanecido retida, pelo Agente Alfandegário, no porto de Santos-SP, causando prejuízos incalculáveis.

Sabedora dos mesmos realizados contra outras pessoas jurídicas exportadoras dos grãos de café, a Copcafé procura a Associação Nacional dos Produtores de Grãos de Café (ANPCoffe), legalmente constituída há mais de 10 (dez) anos, para propor medida judicial cabível que possa anular e desconstituir a exação de todos os interessados e ainda garantir a expedição de certidão de regularidade fiscal que tem sido negada em razão do não recolhimento do tributo.

Ciente de que a Associação não necessita de procuração especial e de que entre os atos coatores (inscrição em dívida ativa e retenção de mercadorias) transcorreram-se apenas 90 (noventa dias), proponha a medida mais célere e menos onerosa que atenda aos interesses dos seus associados e que possa garantir a liberação imediata das mercadorias apreendidas de todas as exportadoras de grãos pelo Fisco Federal representadas pela ANPCoffe.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01

A Fazenda do Estado de São Paulo ajuizou uma ação de Execução Fiscal contra a sociedade empresária Machine Ltda., em razão de créditos tributários vencidos e não pagos. Carlos, o único sócio-administrador, foi citado a respeito da Execução Fiscal promovida contra a pessoa jurídica. Contudo, ao tentar promover a citação da executada pelos Correios, a Fazenda fora informada por Oficial de Justiça de que a sociedade já não funciona no local por ela declarado à Fazenda Estadual paulista, sem que tenha comunicado a nenhum outro órgão competente o local onde pode receber citações ou onde prossegue com as suas atividades. Também não são encontrados bens da Executada que pudessem ser objeto de penhora, garantindo, com isso, o crédito tributário. Diante dessa situação, responda aos itens a seguir.

A) Frustrada a citação realizada por via postal, quais outros meios para a efetivação da citação da Executada? (Valor: 0,50)

B) Existe alguma consequência para Carlos, na condição de sócio administrador que sempre integrou a sociedade, caso a pessoa jurídica Executada não seja mais encontrada no domicílio por ela declarado? (Valor: 0,75)



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 02

Em junho de 2023, a União, por meio de lei ordinária federal, instituiu Empréstimo Compulsório para custear as despesas decorrentes de uma forte tempestade que assolou parte da região Sul do país. Ficou previsto, naquele diploma, que o tributo passaria a ser exigido no mês seguinte ao da publicação da lei instituidora. Diante de tal quadro, responda aos itens a seguir.

A) O Empréstimo Compulsório poderia ter sido instituído pela União ou os Estados da região Sul do Brasil teriam tal competência? Existe algum vício na instituição do tributo? (Valor: 0,60)

B) Empréstimo compulsório, instituído para o custeio de despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, pode ser exigido já no mês seguinte ao da sua instituição? E em relação ao empréstimo instituído em razão de calamidade pública declarada, o tributo poderá ser exigido a partir de qual momento? (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 03

O fato gerador do imposto sobre transmissão causa mortis (ITCM) ocorreu em 15.01.2001. Como não houve o recolhimento do imposto devido nem declaração por parte do contribuinte, em 17.07.2006 a Fazenda Estadual realiza o lançamento de ofício do imposto, dando ciência ao contribuinte. Após a interposição tempestiva de impugnação administrativa pelo contribuinte contra o lançamento e trâmite regular do processo administrativo tributário, o crédito foi constituído definitivamente em 10.06.2007, sendo o sujeito passivo notificado, pessoalmente, na mesma data. Em razão de o valor do crédito tributário estar abaixo do limite de ajuizamento previsto na legislação estadual para a sua cobrança judicial, a Fazenda Estadual não ajuizou a respectiva Execução Fiscal. Em 25.03.2024, a fim de regularizar sua situação junto ao Fisco, o contribuinte realiza o pagamento da dívida. Diante das situações, responda de maneira fundamentada:

- A) Na data em que foi realizado o pagamento do tributo, o crédito tributário estava decaído? (Valor: 0,55)
- B) Na data em que foi realizado o pagamento, o crédito tributário estava prescrito? Caso efetue o pagamento de um crédito prescrito, pode o contribuinte pleitear a restituição da quantia que foi paga? (Valor: 0,70)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 04

Pedro José, desejando integralizar sua parte no capital social da sociedade empresária da qual é sócio, buscou transmitir imóvel de sua propriedade, de alto valor, para a sociedade empresária, cuja atividade preponderante é a de incorporação e locação de imóveis. Pedro ficou surpreso ao verificar que havia cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e, mais admirado ainda, com a aplicação de alíquota superior àquela aplicada a outros imóveis de menor valor, em razão da existência de lei municipal ordinária estabelecendo alíquotas progressivas do ITBI em função do valor venal do imóvel. Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

A) Pedro José tem razão ao ser contrário à cobrança de ITBI? (Valor: 0,65)

B) Pedro José tem razão ao insurgir-se contra a diferença na alíquota de ITBI cobrada? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

